

LÍNGUA PORTUGUESA

1. “A análise jurídica deve ser redigida com rigor técnico e, por isso, terá linguagem formal e termos próprios da ciência jurídica. Em paralelo, o parecer será lido e precisará ser entendido por pessoas que não têm formação jurídica. A redação em linguagem simples é uma ferramenta para que os agentes públicos sem formação jurídica e os cidadãos possam compreender a informação presente em uma análise jurídica e utilizar este conhecimento.” (MANUAL DE CONSULTORIA JURÍDICA DA PGE) Sobre o texto acima, é correto afirmar:

(a) a análise jurídica pode ser redigida em linguagem informal, desde que mantenha o rigor técnico.

(b) o parecer jurídico se destina somente às pessoas com formação jurídica.

(c) o rigor técnico é incompatível com a linguagem simples.

(d) A linguagem simples possibilita que pessoas sem formação jurídica compreendam os pareceres jurídicos.

2. “A escolha das palavras é essencial para um texto em linguagem simples. Siglas, jargões e termos técnicos devem ser evitados pois são termos que estão restritos a um determinado público. Exemplo: trocar “LINDB” por “Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro”; trocar “causídico” por “advogado”. Menos é mais: escolher o menor número de palavras possíveis; entre duas palavras, escolher a mais precisa e, se possível, a mais simples e a menor. Usar a voz ativa e frases curtas que expressam uma única ideia. Exemplo: ao invés de escrever “cópias reprográficas foram solicitadas pelo patrono do acusado, o que foi de ferido pela administração”, redija “O advogado do acusado solicitou cópias do processo. A administração entregou os documentos” (MANUAL DE CONSULTORIA JURÍDICA DA PGE) Sobre o texto acima, é correto afirmar que:

(a) A escolha de palavras é importante para que um texto possa ser mais bem compreendido.

(b) É necessário sempre usar o maior número de palavras para facilitar o entendimento do leitor.

(c) A voz passiva é mais adequada à redação jurídica.

(d) O uso de siglas e jargões reduz o texto e aumento a sua simplicidade para o leitor.

3. Ainda sobre o texto acima, assinale a frase que é mais aderente às suas ideias:

(a) O diploma legislativo que regula o direito adjetivo pátrio é o CPC/2015.

(b) O Código de Processo Civil de 2015 é a lei que trata do direito processual civil.

(c) A lei adjetiva do direito nacional é o CPC de 2015.

(d) A legislação processual brasileira está no compêndio de 2015.

4. Leia o texto a seguir:

Nos últimos anos, o debate sobre sustentabilidade ganhou espaço em diferentes setores da sociedade. Empresas passaram a divulgar campanhas ambientais, governos anunciaram metas de redução de impactos climáticos e parte da população começou a demonstrar maior preocupação com o consumo consciente. Entretanto, apesar desse discurso amplamente difundido, muitos hábitos cotidianos continuam contribuindo para o desperdício de recursos naturais e para o aumento da poluição ambiental. Em diversas situações, percebe-se que a defesa da preservação ambiental permanece restrita ao discurso, sem que haja mudanças significativas nas práticas individuais e coletivas. A crítica presente no texto refere-se:

(a) à ausência de políticas públicas ambientais.

(b) à incoerência entre discurso e prática.

(c) à redução do consumo sustentável.

(d) à falta de acesso à informação ambiental.

5. Leia o texto a seguir:

“Nos últimos anos, a facilidade de acesso às redes sociais modificou profundamente a forma como as pessoas se informam. Entretanto, a velocidade na circulação das notícias nem sempre é acompanhada da verificação da veracidade das informações, o que contribui para a disseminação de conteúdos enganosos.”

A principal crítica presente no texto refere-se:

(a) ao excesso de usuários nas redes sociais.

(b) à falta de acesso à informação nos meios digitais.

(c) à divulgação acelerada de informações sem verificação adequada.

(d) ao abandono dos meios tradicionais de comunicação.

6. Assinale a alternativa em que todas as palavras estão corretamente acentuadas segundo a norma-padrão:

(a) juízes, caráter, hífen, ideia.

(b) juizes, carater, hífen, idéia.

(c) juízes, caráter, hífen, idéia.

(d) juizes, caráter, hífen, ideia.

7. Assinale a alternativa em que a concordância está correta:

(a) Fazem três anos que o projeto foi implementado.

(b) Seguem anexo os documentos solicitados pela comissão.

(c) Havia muitos candidatos aptos para a segunda fase.

PROCESSO SELETIVO PARA FORMAÇÃO DO QUADRO DE RESERVA DE ESTAGIÁRIOS DE NÍVEL SUPERIOR DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARÁ 2026

(d) Mais de um servidor apresentaram recurso administrativo.

8. "O diretor informou aos servidores o resultado da auditoria." O termo "aos servidores" é:

- (a) objeto direto.
- (b) objeto indireto.
- (c) complemento nominal.
- (d) adjunto adverbial.

9. Assinale a alternativa correta:

- (a) O servidor, apresentou os documentos ontem.
- (b) Quando terminou a audiência, os advogados saíram rapidamente.
- (c) O juiz afirmou que, analisaria o recurso.
- (d) Os candidatos aprovados, compareceram ao setor.

10. Assinale a alternativa correta:

- (a) O Procurador responsável pelo caso informou que haveria recurso.
- (b) O Procurador responsável pelo caso, informou que haveria recurso.
- (c) O Procurador responsável, pelo caso informou que haveria recurso.
- (d) O Procurador responsável pelo caso informou, que haveria recurso.

CONTABILIDADE

11. A empresa Castanha do Pará contratou um seguro para seus veículos em 1º de março de 2025, com validade de 12 meses e pagamento em parcela única no ato da contratação. O contador da empresa registrou o valor total pago como despesa integral no mês de março de 2025. Considerando os conceitos contábeis vigentes, o procedimento adotado pelo contador violou diretamente o Princípio da:

- (a) Entidade.
- (b) Continuidade.
- (c) Oportunidade.
- (d) Competência.

12. O lançamento contábil é o registro de um fato patrimonial nas contas da entidade. De acordo com as regras de escrituração pelo método das partidas dobradas, a operação que representa a compra de mercadorias para estoque, sendo metade paga à vista (via Pix) e a outra metade a prazo (para pagamento em 30 dias), exige um lançamento de:

(a) Débito na conta Estoque de Mercadorias, Crédito na conta Caixa/Banco e Crédito na conta Fornecedores.

(b) Débito na conta Estoque de Mercadorias, Débito na conta Caixa/Banco e Crédito na conta Fornecedores.

(c) Crédito na conta Estoque de Mercadorias, Débito na conta Caixa/Banco e Débito na conta Fornecedores.

(d) Débito na conta Caixa/Banco, Débito na conta Fornecedores e Crédito na conta Estoque de Mercadorias.

13. A empresa Cidades das Mangueiras apresentou os seguintes saldos em suas contas de resultado no encerramento do período:

- Receita Bruta de Vendas: R\$ 90
- Abatimentos sobre Vendas: R\$ 10
- Custo das Mercadorias Vendidas (CMV): R\$ 30
- Despesas de Vendas (Comissões): R\$ 15
- Receitas Financeiras: R\$ 5

Considerando a estrutura da DRE prevista na Lei Federal nº 6.404/1976 e suas alterações, os valores do Lucro Bruto e do Resultado Antes do Resultado Financeiro são, respectivamente:

- (a) 80 e 65
- (b) 50 e 35
- (c) 50 e 40
- (d) 60 e 45

14. No último ano de seu mandato, o prefeito da Cidade do Açaí deseja contrair uma obrigação de despesa que será liquidada apenas no ano seguinte. De acordo com o Artigo 42 da LRF, para que essa despesa possa ser legalmente inscrita em Restos a Pagar, o governante deve obrigatoriamente:

- (a) Ter a autorização prévia da Câmara de Vereadores por maioria absoluta.
- (b) Deixar disponibilidade de caixa suficiente para o pagamento integral da despesa.
- (c) Registrar o valor como despesa de capital no orçamento do ano vigente.
- (d) Cancelar outras despesas não liquidadas em valor equivalente.

15. De acordo com a Lei Federal nº 10.180/2001, o Sistema de Contabilidade Federal do Poder Executivo possui um órgão central responsável por estabelecer normas e procedimentos contábeis para toda a Administração Pública Federal. Esse órgão central do Sistema de Contabilidade Federal é a:

- (a) Secretaria do Tesouro Nacional (STN).
- (b) Secretaria de Orçamento Federal (SOF).
- (c) Controladoria-Geral da União (CGU).

PROCESSO SELETIVO PARA FORMAÇÃO DO QUADRO DE RESERVA DE ESTAGIÁRIOS
DE NÍVEL SUPERIOR DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARÁ 2026

(d) Receita Federal do Brasil (RFB).

16.No encerramento do exercício financeiro, uma determinada autarquia pública municipal constatou que uma despesa orçamentária foi legalmente empenhada e liquidada, mas o respectivo pagamento não ocorreu até o dia 31 de dezembro. De acordo com as normas vigentes de Contabilidade Pública e a Lei nº 4.320/1964, esse evento gera, sob o enfoque orçamentário:

- (a) Uma despesa paga por antecipação.
- (b) Um Resto a Pagar Não Processado.
- (c) Um Resto a Pagar Processado.
- (d) Uma Despesa de Exercícios Anteriores (DEA).

17.A evolução das técnicas orçamentárias levou à consolidação de um modelo focado na eficiência e no alcance de objetivos socioeconômicos, onde o orçamento é visto como um instrumento de planejamento da ação governamental. Assinale a alternativa que apresenta uma característica exclusiva da técnica do Orçamento-Programa:

- (a) O foco principal da estrutura orçamentária está nas necessidades financeiras das unidades administrativas e na aquisição de bens (elementos de despesa).
- (b) A alocação de recursos financeiros é vinculada diretamente a objetivos, metas e resultados a serem alcançados pela administração pública.
- (c) O processo orçamentário exige que todas as despesas sejam justificadas do zero a cada novo ciclo, eliminando o direito ao direito adquirido do ano anterior.
- (d) A elaboração das peças orçamentárias baseia-se estritamente na repetição dos valores executados no exercício anterior, aplicando-se apenas reajustes marginais.

18.O princípio orçamentário que determina que a Lei Orçamentária Anual (LOA) deve conter todas as receitas e despesas de todos os poderes, órgãos e entidades da Administração Pública é o Princípio da:

- (a) Exclusividade.
- (b) Universalidade.
- (c) Anualidade.
- (d) Unidade.

19.De acordo com a legislação federal, o órgão central responsável por coordenar, consolidar e supervisionar a elaboração do projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) da União é a:

- (a) Secretaria de Orçamento Federal (SOF).
- (b) Secretaria do Tesouro Nacional (STN).
- (c) Controladoria-Geral da União (CGU).

(d) Receita Federal do Brasil (RFB)

20.De acordo com as regras constitucionais e as normas da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), uma das funções exclusivas e fundamentais da LDO é:

- (a) Fixar o montante final de todas as despesas que serão executadas por cada ministério ou secretaria no ano vigente.
- (b) Dispor sobre as alterações na legislação tributária e estabelecer a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- (c) Autorizar a abertura de créditos extraordinários para despesas imprevisíveis e urgentes, como em casos de calamidade pública.
- (d) Estimar de forma definitiva as receitas correntes e de capital que serão arrecadadas pelo fisco ao longo do exercício.